

ARTIGO DE OPINIÃO

O RELATÓRIO DRAGHI É UM SUSTO

José Silva Peneda

In Jornal Público, em 4 de novembro de 2024

Para quem anda distraído sobre o que se passa na Europa, o Relatório de Mário Draghi é um susto. O que nos diz Draghi é que a manter-se a tendência das últimas duas décadas a Europa vai ser menos próspera, mais desigual, menos segura e, como resultado, vai ter uma capacidade de manobra muito estreita para decidir sobre o seu destino.

Mário Draghi vai mais longe e afirma que a manter-se um cenário de inércia é o próprio projeto político europeu que fica ameaçado, porque a Europa pode chegar ao ponto de não conseguir aplicar os valores que são a essência do projeto europeu: paz, democracia, liberdade, igualdade e prosperidade.

Ele fundamenta a sua posição em dados indiscutíveis que evidenciam, que a Europa se afasta cada vez mais dos Estados Unidos e da China, nomeadamente em termos de criação de riqueza, de dependência face ao exterior, no preço da energia, nas novas tecnologias, na inovação e na defesa.

Perante esta fotografia Mário Draghi propõe uma atuação das autoridades europeias baseada em três eixos: diminuir a distância que separa a Europa dos Estados Unidos e da China nas tecnologias inovadoras; baixar os preços da energia; e, aumentar a segurança e reduzir as dependências.

Para cada um destes eixos Draghi apresenta um conjunto de políticas que possam contribuir para alterar a evolução verificada nos últimos tempos, das quais uma das importantes é a mobilização de 800 mil milhões de euros por ano, para que a Europa possa acompanhar o ritmo de crescimento dos EUA e da China. Com esse montante financeiro a taxa de investimento na Europa passaria dos atuais 22% do PIB para 27%, invertendo um declínio de várias décadas na maioria das grandes economias da União Europeia. Este montante é o dobro do Plano Marshall que contribuiu para recuperação da Europa após a II grande guerra.

Draghi sugere que esse recurso financeiro deveria ser obtido, nomeadamente através da emissão de instrumentos de dívida contraída a nível comunitário, tal como sucedeu com o modelo “Next Generation Funds”, concebido como resposta à pandemia “Covid 19”.

Aqui começam os problemas. Se qualquer aumento das contribuições dos Estados cria reações negativas em partes significativas do eleitorado, nomeadamente das forças mais extremistas, a emissão de dívida comum não é aceite por alguns Estados Membros, nomeadamente pelos Países Baixos, Áustria e Alemanha. O caso alemão é ainda mais

complicado porque o Tribunal Constitucional só deixou passar a emissão de dívida comum no caso do combate à “Covid19” a título excecional e sem possibilidade de repetição.

Mas o problema não se põe apenas com a mobilização de meios financeiros. Também as políticas relacionadas com bens públicos, como as redes e interconexões internacionais, energia, equipamento, investigação, inovação, investimento em tecnologias avançadas, em inteligência artificial e na aquisição comum nas áreas da defesa terão de ser concebidas em conjunto. Doutra modo todo o esforço que venha a ser feito nunca será suficientemente rentabilizado.

O caso da energia é exemplar. A Europa tem um preço da energia muito mais alto do que os seus concorrentes porque nunca foi capaz de se entender para a criação de um mercado único da energia. Há Estados membros, nomeadamente a França, que não abdicam de ter o seu próprio mercado e não aceitam que se avance na integração mais ampla do mercado energético.

A grande fragilidade da Europa tem a ver com os processos de decisão e com a organização institucional. A Europa não é capaz de coordenar as políticas mais decisivas para inverter a tendência dos últimos anos. As políticas que são decisivas para o desenvolvimento da Europa ou têm uma base comum, ou muito pouco se pode avançar nas medidas propostas por Draghi.

Por isso, o sentimento que retiro depois de ler o Relatório de Mário Draghi é que o que nele é proposto faz todo o sentido, mas assola-me uma enorme dúvida sobre a capacidade política da União Europeia para adotar as reformas necessárias nos processos de decisão.